

## Capítulo I

### CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ..... 27

1. Constituição e constitucionalismo ..... 27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais ..... 32
3. A unidade normativa da Constituição..... 40

## Capítulo II

### CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO ..... 43

1. Considerações iniciais..... 43
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do controle de constitucionalidade..... 44
  - 2.1. Conceito ..... 44
  - 2.2. Pressupostos..... 46
    - 2.2.1. A Constituição escrita e formal..... 46
    - 2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema..... 46
    - 2.2.3. A previsão de órgão competente ..... 48
  - 2.3. O controle judicial de constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações..... 50

## Capítulo III

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO ..... 71

1. O sistema “americano” da *judicial review of legislation* ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o *leading case* William Marbury v. James Madison ..... 73
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen ..... 85

3.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil .....	95
3.1.	A Constituição de 1824 .....	95
3.2.	A Constituição de 1891 .....	96
3.3.	A Constituição de 1934 .....	97
3.4.	A Constituição de 1937 .....	98
3.5.	A Constituição de 1946 .....	99
3.6.	A Constituição de 1967/69.....	100
3.7.	A Constituição de 1988 .....	100

## Capítulo IV

### MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 105

1.	Quanto ao parâmetro do controle .....	105
2.	Quanto ao objeto do controle .....	109
3.	Quanto ao momento da realização do controle .....	109
4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle .....	111
5.	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	113
6.	Quanto ao modo de manifestação do controle.....	114
7.	Quanto à finalidade do controle .....	116

## Capítulo V

### CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 119

1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	119
2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade .....	120
2.1.	A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade .....	122
2.2.	O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	124
2.3.	A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	125
2.4.	O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	135
2.4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto .....	135
2.4.2.	Objeto .....	144
2.4.3.	Legitimidade ativa.....	145

2.4.4. Legitimidade passiva .....	146
2.4.5. Competência.....	148
2.4.6. Decisão e seus efeitos .....	149
2.4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016 .....	164
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitu- cionalidade .....	166
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitu- cionalidade .....	167
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade .....	173
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitui- cionalidade .....	176
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	179

## Capítulo VI

<b>CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>195</b>
1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional .....	195
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade .....	196
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as ações diretas.....	203
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF .....	208
4.1. A intervenção do particular.....	209
4.2. A intervenção do colegitimado .....	211
4.3. A intervenção do “amicus curiae”.....	214
4.4. A intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC/2015 .....	222

## Capítulo VII

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>225</b>
1. Origem, conceito e finalidade .....	225
2. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	226
3. Competência .....	234
4. Parâmetro e objeto.....	239
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 .....	252

5.1. Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	254
5.2. Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	255
5.3. Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade....	258
6. Decisão e efeitos .....	258
6.1. Modulação dos efeitos gerais e temporais .....	266
6.2. Técnicas de decisão e efeitos .....	269

## Capítulo VIII

### A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO..... 275

1. Origem e generalidades .....	275
2. Natureza, finalidade e procedimento .....	276
2.1. Possibilidade de medida cautelar .....	279
3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência .....	280
4. Parâmetro e objeto .....	281
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características .....	281
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional .....	284
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades .....	285
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial .....	286
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material .....	291
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa .....	292
4.4. As omissões controláveis .....	292
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado .....	294
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988....	297
5. Decisão e seus efeitos .....	302
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção” .....	312

## Capítulo IX

### AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) ..... 315

1. Origem, conceito e finalidade .....	315
2. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	318
3. Competência .....	319
4. Parâmetro e objeto .....	319
5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011 .....	321

6. Da medida liminar.....	323
7. Decisão e efeitos.....	324

## Capítulo X

<b>AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>327</b>
1. Origem, conceito e finalidade.....	327
2. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	328
3. Competência.....	329
4. Parâmetro e objeto.....	330
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	330
6. Decisão e efeitos.....	332

## Capítulo XI

<b>ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>335</b>
1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	335
2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais.....	342
3. Conceito de “descumprimento” na arguição.....	347
4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	348
5. Arguição direta ou autônoma.....	350
5.1. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	350
5.2. Competência.....	356
5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99.....	357
5.4. Medida liminar.....	360
5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....	361
5.5.1. Atos normativos.....	363
5.5.2. Atos não normativos.....	364
5.5.3. Atos municipais.....	366
5.5.4. Atos anteriores à Constituição.....	367
5.5.5. Atos políticos.....	368
5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....	370
5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo.....	373
5.6. Decisão e seus efeitos.....	375
6. Arguição incidental.....	380

6.1. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	384
6.2. Objeto.....	386
6.3. Controvérsia constitucional relevante.....	387
7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	389
8. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do Poder Público .....	398
9. A arguição de descumprimento de preceito fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional .....	402
9.1. O Estado de Coisas Inconstitucional.....	402
9.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF) .....	402

## Capítulo XII

### CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS ..... 405

1. Considerações gerais.....	405
2. O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados .....	405
3. O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados.....	410

## Capítulo XIII

### O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA E AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 23 DE JULHO DE 2008 ..... 417

1. Considerações iniciais.....	417
2. O controle de constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional .....	418
3. Composição do Conselho Constitucional.....	419
4. Competência do Conselho Constitucional.....	420
4.1. O Controle Preventivo de Constitucionalidade.....	420
4.2. A Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC) .....	421
5. Considerações finais.....	424

## Capítulo XIV

### O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL..... 427

1. Considerações Iniciais .....	427
2. A fiscalização de constitucionalidade antes da Constituição de 1976.....	428

3. A fiscalização de constitucionalidade no texto inicial da Constituição de 1976.....	430
4. A fiscalização de constitucionalidade na Constituição de 1976 após a Revisão Constitucional de 1982 e o atual sistema português de fiscalização de constitucionalidade.....	432

## **Capítulo XV**

### **O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CHILE, COLÔMBIA, PERU, EQUADOR, BOLÍVIA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA E BÉLGICA ..... 441**

1. Considerações iniciais.....	441
2. O controle de constitucionalidade no Chile.....	441
3. O controle de constitucionalidade na Colômbia.....	446
4. O controle de constitucionalidade no Peru .....	450
5. O controle de constitucionalidade no Equador .....	451
6. O controle de constitucionalidade na Bolívia .....	455
7. O controle de constitucionalidade na Alemanha .....	457
8. O controle de constitucionalidade na Espanha.....	459
9. O controle de constitucionalidade na Itália.....	461
10. O controle de constitucionalidade na Bélgica .....	463

### **BIBLIOGRAFIA ..... 467**